

INFLAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR

15 de junho de 2022

CENÁRIO ATUAL

Nos últimos meses, a inflação do preço dos alimentos se tornou um dos temas mais comentados tanto nos meios de comunicação quanto no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação fechou o mês de maio com a **alta de 0,47%** e nos últimos 12 meses **os preços gerais de gêneros alimentícios subiram cerca de 16%**. O estudo também destaca que dos 159 produtos monitorados pelo IBGE, apenas 14 tiveram queda dos preços nos últimos 12 meses.

Diante disso, o governo federal vem articulando ações para tentar diminuir os preços internos e minimizar o impacto da inflação, à exemplo da redução de alíquotas de importação de alimentos. Em maio deste ano houve a **redução de 10% das alíquotas de importação em produtos como arroz, feijão e carne bovina**. A medida se assemelha a outra adotada em novembro de 2021, onde houve a diminuição de 20% das taxas de mais de 6 mil itens.

Cabe destacar este aumento de preços de alimentos não é apenas um caso brasileiro, muito pelo contrário, o cenário mundial vem sofrendo com a alta inflação, impactado pelo conflito na Ucrânia e pelo déficit nas cadeias globais de suprimentos que ainda não se recuperaram totalmente da pandemia. O Reino Unido, por exemplo, enfrenta um aumento significativo no “custo de vida”, com a disparada semelhante no preço de alimentos e de energia.

Além da inflação, o **Dia Mundial da Segurança Alimentar**, comemorado no dia 7 de junho, impulsionou debates sobre o tema, bem como a publicação de novos dados sobre a fome no Brasil. Ademais, a publicação dos dados da segunda edição do **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN)** evidenciou a piora no contexto social brasileiro no período da pandemia.

PRINCIPAIS DADOS DO II VIGISAN

O VIGISAN é desenvolvido pela **Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN)**, em parceria com organizações Ação da Cidadania, ActionAid Brasil, Fundação Friedrich Ebert Brasil, Ibirapitanga, Oxfam Brasil e Sesc. O relatório apontou que entre o final de 2020 até 2022, **mais 14 milhões de brasileiros passaram a conviver**

www.bmj.com.br

Brasília: SHIS QI 25 CJ 12 Casa 15, Lago Sul CEP: 71.660-620. TEL: + 55 61 3223 2700

São Paulo: Rua Ramos Batista, 152, 13º andar. Vila Olímpia CEP: 04552-020. TEL: +55 11 3044 5441

Belo Horizonte: Avenida Getúlio Vargas, 671, Cj. 7 a 12, Funcionários CEP 30.112-020 TEL.: +55 31 3657 7768

Dubai: Business Bay, Bayswater Tower, 19th Floor, Office nº 2

com a fome, saltando de 19,1 milhões para 33,1 milhões de brasileiros que convivem com a fome. Além dos números gerais, o relatório também traz recortes de gênero, raça e classe que apontam que mulheres, população negra, população rural, nortistas e nordestinos são mais afetados pela fome.

O Inquérito utiliza a **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)** para classificar os níveis de insegurança alimentar, havendo quatro níveis: segurança alimentar; insegurança alimentar leve; insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave. Com essa gradação é possível ver como a fome avançou progressivamente na sociedade brasileira, bem como entender os recortes sociais em que a fome avança mais agressivamente.

O aumento dos níveis de insegurança alimentar entre 2020 e 2022 foi maior entre **mulheres, crianças, população negra e população rural**. Nesse período, a fome nos lares com crianças menores de 10 anos quase dobrou, com índices de **insegurança alimentar grave saltando de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022**. Já nos lares com responsáveis autodeclarados pretos ou pardos os índices de segurança alimentar também são menores. Enquanto a segurança alimentar está presente em 53,2% dos domicílios onde a pessoa de referência se autodeclara branca, nos lares com responsáveis autodeclarados pretos ou pardos ela cai para 35%.

A diferença da prevalência da fome entre regiões do Brasil também é considerável. Ao passo que o índice de segurança alimentar no Brasil é 41,3%, duas regiões se destacam por estarem abaixo dessa média: **Norte e Nordeste**. De acordo com o VIGISAN, apenas 28,4% da população nortista e 32% dos nordestinos se enquadram na classificação de segurança alimentar. Cenário parecido é verificado com a população rural, cuja média de segurança de alimentar é de 36,2%.

AÇÕES DO PODER EXECUTIVO

Na semana em que foram divulgados estudos sobre o aumento do custo mensal da cesta básica, o Presidente da República, **Jair Bolsonaro (PL)**, se posicionou sobre o tema em evento da Cadeia Nacional de Abastecimento, ao lado do Ministro da Economia, **Paulo Guedes**. Na ocasião, Bolsonaro criticou as medidas de isolamento social adotadas por governos estaduais para enfrentar a pandemia de COVID-19 e mencionou o aumento da inflação em nível global e do preço dos combustíveis, responsabilizando também o conflito que ocorre entre Rússia e Ucrânia. Assim, destacou as iniciativas adotadas pelo Governo Federal para mitigar os problemas, como o **auxílio emergencial** e a pressão para **redução de impostos**. A partir disso, fez um apelo à cadeia de produção e distribuição, principalmente a indústria, para que “colaborem” e apliquem a **menor margem de lucro “possível” aos itens da cesta básica**, visando frear a alta de preços de alimentos e demais produtos.

O ministro Guedes destacou que o momento deve ser de “trégua” e de confiança na recuperação do país e na redução da inflação, reforçando o pedido de colaboração e redução de lucros por parte da indústria. Ademais, Paulo Guedes criticou o alto número de impostos que são aplicados à cadeia de distribuição e destacou as reduções do **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)** e do **Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS)**,

www.bmj.com.br

Brasília: SHIS QI 25 CJ 12 Casa 15, Lago Sul CEP: 71.660-620. TEL: + 55 61 3223 2700

São Paulo: Rua Ramos Batista, 152, 13º andar. Vila Olímpia CEP: 04552-020. TEL: +55 11 3044 5441

Belo Horizonte: Avenida Getúlio Vargas, 671, Cj. 7 a 12, Funcionários CEP 30.112-020 TEL.: +55 31 3657 7768

Dubai: Business Bay, Bayswater Tower, 19th Floor, Office nº 2

a partir de iniciativa do governo. Com isso, também pediu que os estados brasileiros **reduzam a arrecadação** destinada às unidades federativas, e **congelem a tabela de preços do setor supermercadista** até 2023 ou, pelo menos, “parar de aumentar preços por dois ou três meses”.

PANORAMA LEGISLATIVO

As discussões sobre o aumento da inflação, falta de alimentos e consequente aumento da fome no Brasil também chegaram ao Congresso Nacional, onde ocorreu uma audiência pública sobre o tema no dia 7 de junho, além da apresentação de projetos de lei e diversos discursos de parlamentares sobre o tema.

A citada audiência pública ocorreu no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados, em atendimento ao requerimento de autoria das deputadas Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e Alice Portugal (PCdoB/BA). Na ocasião, especialistas como a ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, defenderam a retomada de ações integradas de combate à insegurança alimentar e à fome no Brasil, com atenção especial para gestantes e crianças. Além disso, os participantes defenderam investimentos no combate à pobreza, na recomposição da renda do brasileiro, no acesso à alimentação fora de casa e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) como pilares do enfrentamento da fome. No geral, a audiência pública em questão foi marcada por críticas à insegurança alimentar no Brasil e à condução das políticas públicas relacionadas ao tema pelo atual governo.

Após isso, no início da reunião da CSSF no dia 8 de junho, o deputado Alexandre Padilha (PT/SP) retomou o tema, salientando que o país está diante de uma nova emergência nacional. Citando dados do **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**, o deputado defendeu ações de enfrentamento à fome por parte do governo federal. Já as Comissões de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) e de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara dos Deputados aprovaram, também no dia 8 de junho, convites para que o **ministro da Cidadania, Ronaldo Bento**, compareça à Casa para falar sobre programas de combate à pobreza e fome no país.

De forma mais concreta, no Senado Federal, o senador Alexandre Silveira (PSD/MG) apresentou no dia 13 de junho o [Projeto de Lei \(PL\) 1606/2022](#) com o objetivo de **zerar as alíquotas incidentes sobre os produtos alimentares que compõem a Cesta Básica Nacional** relativamente à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). No mesmo dia, o senador apresentou outro projeto, o [Projeto de Lei Complementar \(PLP\) 89/2022](#) com a finalidade de tratar tais produtos **como bens essenciais e indispensáveis**. Desta forma, o ICMS sobre esses produtos não poderá ser maior do que 17%, facultando ainda aos estados reduzirem ou zerarem o imposto sobre esses produtos e garantindo a eles o ressarcimento por parte da União.

A SITUAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NACIONAL

www.bmj.com.br

Brasília: SHIS QI 25 CJ 12 Casa 15, Lago Sul CEP: 71.660-620. TEL: + 55 61 3223 2700

São Paulo: Rua Ramos Batista, 152, 13º andar. Vila Olímpia CEP: 04552-020. TEL: +55 11 3044 5441

Belo Horizonte: Avenida Getúlio Vargas, 671, Cj. 7 a 12, Funcionários CEP 30.112-020 TEL.: +55 31 3657 7768

Dubai: Business Bay, Bayswater Tower, 19th Floor, Office nº 2

O Brasil enfrenta atualmente um cenário de forte alta dos custos de produção, o que é passível de configurar a **safra mais custosa da história**. Isso se deve tanto aos impactos da pandemia, que comprometeu a logística mundial, quanto a fatores climáticos, além de questões geopolíticas internacionais. Desde 2021, há uma ameaça de **escassez de insumos agropecuários** e a situação se agravou com a deflagração do conflito bélico entre Rússia e Ucrânia.

Para viabilizar sua produção agrícola, o Brasil importa cerca de 85% da sua necessidade de **fertilizantes**, cuja maior dependência é relacionada ao potássio (cerca de 95% de todo o potássio utilizado é importado). Nesse contexto, em março deste ano foi lançado o **Plano Nacional de Fertilizantes (PNF)**, com ações de curto, médio e longo prazo, com o intuito de diminuir a dependência estrangeira desses produtos. Vale lembrar que uma das ações, iniciada ainda na gestão da ex-ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, é a chamada “Diplomacia dos Fertilizantes”, pela qual o Brasil tem buscado fortalecer as relações comerciais já existentes, além de encontrar novos fornecedores. A continuidade das ações do PNF é vista por muitos como uma questão de soberania nacional, pois a ameaça de escassez de insumos é passível de comprometer a segurança alimentar nacional e mundial, dada a importância do país no fornecimento de alimentos.

Ademais, somada à incerteza do abastecimento de insumos, há o **aumento do preço dos combustíveis** que impacta diretamente no custo de produção. Ainda, há certo temor em relação à falta de **diesel**, o que invariavelmente comprometeria a safra brasileira. Com o aumento médio de 50% dos custos de produção, muitos produtores estão optando por diminuir a área plantada e, com menos oferta, os preços tendem a se elevar ainda mais.

Um importante instrumento que viabiliza a produção agropecuária brasileira é o **Plano Safra**, cujas verbas fomentam investimentos e custeio da atividade. A edição 2021/2022 já conta com insuficiência de recursos e, para a edição 2022/2023, o Ministro Marcos Montes já declarou, em Audiência Pública realizada na Câmara dos Deputados (25/05), que, diante do aumento inflacionário e do custo de produção no campo, é necessário que o Plano seja de pelo menos R\$ 300 bilhões, com R\$ 22 bilhões destinados para equalização de taxa de juros. Com isso, espera-se possibilitar que o Brasil aumente a sua produção alimentar para atender o cenário internacional. Contudo, o Plano Safra 2022/2023 ainda permanece em avaliação no Ministério da Economia, gerando forte apreensão do setor se o volume de recursos será suficiente para manter as taxas de juros das linhas de crédito oferecidas abaixo dos dois dígitos.

AVALIAÇÃO BMJ

Nos últimos anos, o Brasil experienciou notada piora no contexto social. A chegada da pandemia em um contexto econômico que já era delicado gerou um cenário de empobrecimento da população. Esse cenário tem impacto político importante, à medida que há o aumento da pressão para que os tomadores de decisão adotem medidas que minimizem os impactos da fome.

Se tratando de um ano eleitoral, vale destacar que o tema ganha ainda mais destaque e espera-se que seja abordado repetidas vezes nas campanhas políticas. Pesquisa PoderData divulgada no dia 13/06 sinaliza que **42% da população brasileira culpa o presidente Jair Bolsonaro**

www.bmj.com.br

Brasília: SHIS QI 25 CJ 12 Casa 15, Lago Sul CEP: 71.660-620. TEL: + 55 61 3223 2700

São Paulo: Rua Ramos Batista, 152, 13º andar. Vila Olímpia CEP: 04552-020. TEL: +55 11 3044 5441

Belo Horizonte: Avenida Getúlio Vargas, 671, Cj. 7 a 12, Funcionários CEP 30.112-020 TEL.: +55 31 3657 7768

Dubai: Business Bay, Bayswater Tower, 19th Floor, Office nº 2

(PL) pela alta inflação no país, que tem culminado no aumento dos preços dos combustíveis e alimentos. Segundo o levantamento, 18% da população responsabiliza os chefes do Executivo estaduais, enquanto 13% citam a pandemia de COVID-19 e 8% o conflito na Ucrânia. Entre os apoiadores de Bolsonaro, 30% culpam os governadores pelo cenário econômico, um reflexo do posicionamento do chefe do Executivo, que durante a pandemia criticou as medidas de isolamento adotadas por governadores.

Por sua vez, 72% entre aqueles que desaprovam o governo acreditam que o Presidente é o principal responsável pela situação. Mulheres (48%), população com ensino superior (56%) e moradores do Nordeste (53%) e Centro-Oeste (49%) são os que mais relacionam o aumento nos preços com a gestão de Bolsonaro. Similarmente, no início de junho pesquisa IPESPE mostrou que **71% da população brasileira entende que a inflação e o preço dos produtos aumentaram muito nos últimos meses**.

Tais dados corroboram a importância dada pelo Poder Executivo ao controle inflacionário, algo especialmente relevante quando se considera a proximidade do período eleitoral.

O Palácio do Planalto aposta, portanto, que uma **redução no preço dos combustíveis e dos alimentos pode ajudar Jair Bolsonaro a melhorar seu desempenho nas pesquisas de intenções de votos**, assim como a avaliação do governo, que tem sofrido com altos níveis de rejeição. Dessa forma, movimentações em torno dos combustíveis e da PEC sobre o tema – prevê ressarcimento aos estados que zerarem a cobrança de ICMS sobre diesel e gás de cozinha. Assim sendo, apesar das citadas movimentações no Congresso Nacional, não é esperado que tais projetos entrem na pauta da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal em curto prazo. Ainda assim, o assunto deve continuar em destaque e fazer parte principalmente dos discursos de parlamentares da oposição, que estão utilizando os dados mais recentes sobre a fome e falta de alimentos para criticar o governo de Jair Bolsonaro. Por tais motivos, espera-se que os parlamentares tentem acelerar tais discussões, motivo pelo qual os plenários da Câmara e do Senado Federal deverão ser monitorados atentamente.

Por fim, os **pedidos de colaboração para as indústrias da cadeia objetivam reverter possível impacto negativo que a queda do poder de compra do brasileiro possa vir a ter nas eleições**, bem como a pressão gerada pela oposição e por entidades relacionadas à segurança alimentar e nutricional, que buscam medidas e cobram iniciativas do Governo Federal para solucionar a agravação do cenário da fome no Brasil. Contudo, ao utilizar de uma medida em que transfere parte da responsabilidade sobre os altos preços dos itens da cesta básica para a indústria e para os governadores, **o governo Bolsonaro adota uma estratégia política que pode trazer consequências relevantes para seu relacionamento com o setor produtivo** e intensificar ainda mais o momento de atritos com os governos estaduais. Ao mesmo tempo, outras medidas como o auxílio emergencial, o Auxílio Brasil, a redução de impostos, e o saque extra de até R\$ 1 mil do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para os trabalhadores ainda não obtiveram resultados suficientemente satisfatórios no controle da inflação e nas pesquisas eleitorais.

www.bmj.com.br

Brasília: SHIS QI 25 CJ 12 Casa 15, Lago Sul CEP: 71.660-620. TEL: + 55 61 3223 2700

São Paulo: Rua Ramos Batista, 152, 13º andar. Vila Olímpia CEP: 04552-020. TEL: +55 11 3044 5441

Belo Horizonte: Avenida Getúlio Vargas, 671, Cj. 7 a 12, Funcionários CEP 30.112-020 TEL.: +55 31 3657 7768

Dubai: Business Bay, Bayswater Tower, 19th Floor, Office nº 2